

**CULTURA POLÍTICA E INTERIORIZAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NA PARAÍBA:
O GRUPO ESCOLAR GAMA E MELO (1928 -1949)**

**POLITICAL CULTURE AND THE EXPANSION OF PRIMARY SCHOOLS IN PARAÍBA:
THE GAMA E MELO SCHOOL GROUP (1928-1949)**

**CULTURA POLÍTICA Y LA INTERIORIZACIÓN DE LOS GRUPOS ESCOLARES EN
PARAÍBA: EL GRUPO ESCOLAR GAMA Y MELO (1928-1949)**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-025>

Data de submissão: 03/11/2025

Data de publicação: 03/12/2025

Charya Charlotte Bezerra Advíncula

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal da Paraíba, Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Paraíba

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1351-3695>

E-mail: charya.advincula@ifpb.edu.br

Chyara Charlotte Bezerra Advíncula

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal da Paraíba, Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Paraíba -Campus Princesa Isabel

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6571-3656>

E-mail: chyara.advincula@ifpb.edu.br

Niéda Ferreira dos Santos

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal da Paraíba, Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal
de João Pessoa

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6041-5385>

E-mail: niedjafsantos@gmail.com

Johnatan Ferreira Marques do Vale

Doutora em Sociologia

Instituição: Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte -
Campus Natal

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3949-7531>

E-mail: johnatandovale@gmail.com

RESUMO

Tendo como norte a cultura política no período entre 1928 à 1949, procuramos entender como se deu a interiorização dos grupos escolares na Paraíba, ou seja, examinaremos o fenômeno de sua implantação nas cidades interioranas. Para tanto, analisamos a implantação do grupo escolar Gama e Melo na cidade de Princesa Isabel (Paraíba, Brasil). Nesse sentido, pretendemos compreender como a cultura política influenciou na alocação, por parte Governo do Estado, dos espaços educacionais no município aludido, em um período de ampla reforma educacional. Cabe ressaltar que este momento de reforma coincide com o persistente e tradicional fenômeno da pessoalidade no contexto das relações

encetadas entre o poder central e as demais esferas administrativas. O objeto central da pesquisa é o Decreto Nº 873/17, que regulamentou e normatizou o sistema público de instrução primária da Paraíba, no que concerne à implantação dos grupos escolares. Além disso, examinamos a relação deste documento com as mensagens presidenciais emitidas no mesmo período, bem como as matérias jornalísticas que se referiram à instrução primária e às relações políticas estatais. Para entendermos a conjuntura política e suas implicações utilizamos o trabalho de Lewin (1993), pois abordou as relações interpessoais dos agentes políticos e as relações com os poderes Estadual e Municipal, como também a obra de Gurjão (1994), que nos possibilitou a reflexão sobre as estruturas oligárquicas da Paraíba no início século XX. Para a compreensão da conjuntura econômica, política e social da cidade de Princesa Isabel (Paraíba, Brasil) recorremos aos trabalhos de Mariano (2017; 2018), de Justino Filho (1997), de Rodrigues (1981) e de Inojosa (1980), posto que tais autores desvelam as implicações decorrentes da implantação de aparatos educacionais como projeto político, com o suposto intento de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Infere-se que, apesar de a cidade supracitada ter todos os requisitos regimentares para ser contemplado com um grupo escolar, este fator não foi preponderante e decisivo, uma vez que várias outras cidades dessa região também cumpriam os requisitos basilares, tais como: Cajazeiras, Souza, Pombal, Patos e Catolé do Rocha (todas cidades do interior paraibano). Cumpre salientar que algumas dessas cidades eram mais qualificadas para o recebimento do grupo escolar em comparação com a situação de Princesa Isabel. É certo que na impossibilidade de construir em todas as cidades que atendiam aos requisitos regimentares para serem contempladas com esse modelo escolar, alguns outros critérios deveriam ser levado em consideração, o que não ocorreu. Ao analisar a cronologia da implantação desses estabelecimentos educacionais com o auxílio do estudo de Pinheiro (2002), nota-se que todas as cidades contempladas com os grupos escolares tinham representantes na Assembleia legislativa e gozavam de prestígio social junto ao Governo do Estado, corroborando a tese de Lewin (1993) quando desvela que a cultura política no Estado da Paraíba tinha como base as oligarquias familiares, logo, os laços de sangue e o compadrio eram mais relevantes do que os problemas administrativos e as necessidades gerais da população. Esse era o caso da cidade de Princesa Isabel, que tinha como filho um dos políticos mais influentes do Estado, desse modo, sua rede de socialização se estendia tanto a outros Estados quanto a nível nacional (Inojosa, 1980; Rodrigues, 1981). Parece-nos que a implantação do grupo escolar Gama e Melo foi realizada para reafirmar os laços entre o político princesense e o Governo do Estado, em detrimento do interesse coletivo no campo educacional.

Palavras-chave: Grupo Escolar. Interiorização. Cultura Política.

ABSTRACT

Guided by the concept of political culture during the period from 1928 to 1949, this study seeks to understand how the expansion of grupos escolares (primary school groups) into the interior regions of the state of Paraíba took place, that is, we examine the phenomenon of their establishment in inland towns. To this end, we analyze the implementation of the Gama e Melo School Group in the town of Princesa Isabel (Paraíba, Brazil). In this sense, we aim to understand how political culture influenced the allocation—by the State Government—of educational institutions in the aforementioned municipality during a period of broad educational reform. It is worth noting that this reform period coincided with the persistent and traditional phenomenon of personalism in the relationships established between central power and other administrative spheres. The central object of this research is Decree No. 873/17, which regulated and standardized the public primary education system of Paraíba with regard to the establishment of grupos escolares. In addition, we examine the relationship of this document with the presidential messages issued in the same period, as well as with newspaper articles that addressed primary education and state political relations. To understand the political context and its implications, we rely on the work of Lewin (1993), who examined interpersonal

relations among political agents and their connections with State and Municipal powers, as well as the work of Gurjão (1994), which enabled reflection on the oligarchic structures of Paraíba in the early twentieth century. To comprehend the economic, political, and social context of the town of Princesa Isabel (Paraíba, Brazil), we draw on the studies of Mariano (2017; 2018), Justino Filho (1997), Rodrigues (1981), and Inojosa (1980), as these authors shed light on the implications of implementing educational institutions as a political project, ostensibly aimed at improving the population's quality of life. It is inferred that, despite the fact that the aforementioned town met all the regulatory requirements to receive a grupo escolar, this was neither the predominant nor the decisive factor, since several other towns in the region also fulfilled the basic requirements—such as Cajazeiras, Souza, Pombal, Patos, and Catolé do Rocha (all located in the interior of Paraíba). It should be noted that some of these towns were even more qualified to receive a grupo escolar than Princesa Isabel. Given the impossibility of building such schools in all towns that met the regulatory requirements to be awarded this educational model, other criteria should have been taken into consideration—which did not occur. When analyzing the chronology of the implementation of these educational institutions, with support from the study by Pinheiro (2002), it becomes evident that all the towns awarded grupos escolares had representatives in the Legislative Assembly and enjoyed social prestige with the State Government. This corroborates Lewin's (1993) thesis that political culture in the state of Paraíba was grounded in family oligarchies; thus, blood ties and patronage networks were more relevant than administrative issues and the general needs of the population. This was the case of Princesa Isabel, birthplace of one of the most influential politicians in the state, whose social network extended to other states and even to the national level (Inojosa, 1980; Rodrigues, 1981). It appears, therefore, that the implementation of the Gama e Melo School Group served largely to reaffirm the ties between the politician from Princesa Isabel and the State Government, to the detriment of the collective educational interest.

Keywords: School Group. Expansion to the Interior. Political Culture.

RESUMEN

Teniendo como orientación la cultura política en el período entre 1928 y 1949, buscamos comprender cómo se dio la interiorización de los grupos escolares en Paraíba; es decir, examinamos el fenómeno de su implantación en las ciudades del interior. Para ello, analizamos la implantación del Grupo Escolar Gama y Melo en la ciudad de Princesa Isabel (Paraíba, Brasil). En este sentido, pretendemos entender cómo la cultura política influyó en la asignación, por parte del Gobierno del Estado, de los espacios educativos en el municipio mencionado, en un período de amplia reforma educativa. Cabe resaltar que este momento de reforma coincide con el persistente y tradicional fenómeno de la personalización en el contexto de las relaciones establecidas entre el poder central y las demás esferas administrativas. El objeto central de la investigación es el Decreto N° 873/17, que reglamentó y normativizó el sistema público de instrucción primaria de Paraíba, en lo que concierne a la implantación de los grupos escolares. Además, examinamos la relación de este documento con los mensajes presidenciales emitidos en el mismo período, así como con las materias periodísticas que se referían a la instrucción primaria y a las relaciones políticas estatales. Para entender la coyuntura política y sus implicaciones, utilizamos el trabajo de Lewin (1993), pues abordó las relaciones interpersonales de los agentes políticos y sus vínculos con los poderes Estatal y Municipal, así como la obra de Gurjão (1994), que nos permitió reflexionar sobre las estructuras oligárquicas de Paraíba a inicios del siglo XX. Para comprender la coyuntura económica, política y social de la ciudad de Princesa Isabel (Paraíba, Brasil), recurrimos a los trabajos de Mariano (2017; 2018), de Justino Filho (1997), de Rodrigues (1981) y de Inojosa (1980), puesto que dichos autores revelan las implicaciones derivadas de la implantación de aparatos educativos como proyecto político, con el supuesto objetivo de mejorar la calidad de vida de los ciudadanos. Se infiere que, a pesar de que la ciudad mencionada cumplía con todos los requisitos

reglamentarios para ser beneficiada con un grupo escolar, este factor no fue determinante ni decisivo, ya que varias otras ciudades de la región también cumplían con los requisitos básicos, tales como: Cajazeiras, Souza, Pombal, Patos y Catolé do Rocha (todas ciudades del interior paraibano). Conviene señalar que algunas de estas ciudades estaban incluso más calificadas para recibir el grupo escolar en comparación con la situación de Princesa Isabel. Es evidente que, ante la imposibilidad de construir en todas las ciudades que cumplían los requisitos reglamentarios para ser contempladas con este modelo escolar, otros criterios deberían haberse tenido en cuenta, lo cual no ocurrió. Al analizar la cronología de la implantación de estos establecimientos educativos con el apoyo del estudio de Pinheiro (2002), se observa que todas las ciudades beneficiadas con grupos escolares tenían representantes en la Asamblea Legislativa y gozaban de prestigio social ante el Gobierno del Estado, corroborando la tesis de Lewin (1993), quien revela que la cultura política en el estado de Paraíba se basaba en las oligarquías familiares; por lo tanto, los lazos de sangre y el compadrazgo eran más relevantes que los problemas administrativos y las necesidades generales de la población. Este era el caso de la ciudad de Princesa Isabel, que tenía como hijo a uno de los políticos más influyentes del estado; de este modo, su red de sociabilidad se extendía tanto a otros estados como a nivel nacional (Inojosa, 1980; Rodrigues, 1981). Nos parece que la implantación del Grupo Escolar Gama y Melo se llevó a cabo para reafirmar los lazos entre el político de Princesa Isabel y el Gobierno del Estado, en detrimento del interés colectivo en el ámbito educativo.

Palabras clave: Grupo Escolar. Interiorización. Cultura Política.

1 INTRODUÇÃO

A interiorização das escolas na Paraíba de instrução primária tem sua intensificação nas primeiras décadas do século XX. Esse foi o período das primeiras tentativas de organizar e sistematizar um sistema de ensino através do Decreto Nº 873/17, definindo três modelos escolares: escolas elementares, rudimentares e grupos escolares¹. A grande maioria dessas escolas eram rudimentares e elementares, os grupos escolares eram poucos ficando na sua maioria situados na Capital, no interior, apenas poucas cidades eram agraciadas com esse modelo escolar. As localidades que possuíssem mais de duas escolas elementares seriam reunidas em um único prédio, passando a denominação de escolas reunidas, mas continuando com a mesma organização das escolas elementares.

De acordo com o referido decreto, as escolas elementares e reunidas eram escolas de classe única, organizada de acordo com o sexo, podendo ter classes mistas. Nessas escolas os/as alunos/as entravam a partir dos 6 anos e saíam após concluir a instrução primária, não havendo qualquer tipo de seriação. As escolas seriadas seriam dos grupos escolares que após 1917, seriam criadas nas cidades que possuíssem no mínimo três escolas elementares. Todavia, poucas cidades que atendiam a essa determinação regimentar foram agraciadas por esse modelo escolar, sendo a cidade de Princesa Isabel, uma das primeiras a serem contempladas com esse tipo de escola.

A criação de grupos escolares onerava ainda mais o Estado da Paraíba, uma vez que além da construção ou compra de prédios adequados para a instalação desses, cria um conjunto de cargos e funções que nas escolas elementares, rudimentares eram realizadas pelos/as professores/as. Mesmo a reunião das escolas elementares aumentava os custos estatais com a instrução primária, já que requeria o aluguel de um prédio maior, que pudesse alocar no mínimo três classes.

No interior do Estado as escolas elementares e rudimentares funcionavam em prédios improvisados, sendo a maioria delas nas casas dos próprios professores ou em prédio cedidos pelos correligionários políticos ligados ao poder político local. Esses locais nem sempre eram apropriados para receber os/as alunos, que conviviam com os familiares das professoras/as, chegando a algumas vezes a certos constrangimentos. Nos documentos avulsos do Governo do Estado, podemos encontrar denúncias e reclamações de pais e da população civil em geral, em relação a conduta principalmente dos esposos de algumas professoras que chegavam em cada embriagados nos horários das aulas, causando transtornos a esses e deferindo palavras de baixo calão, sendo considerado pelo poder público

¹ No período em estudo a Paraíba contava com três modelos de escolas primárias: as escolas rudimentares eram escolas de classe única, alocadas nas zonas rurais. Já as elementares mesmo sendo de classe única eram alocadas nas cidades, vilas e povoações, sendo divididas ainda em categorias: 1^a categoria as do perímetro urbano da capital; 2^a categoria, sedes das cidades do interior; 3^a categoria, nas vilas e 4^a categoria, povoações. Os grupos escolares foram construídos para substituir às cadeiras elementares nas sedes das cidades que possuíssem três ou mais escolas desse tipo dando início a graduação do ensino nesse Estado (Paráiba, 1917).

como comportamento inapropriado, o qual as crianças estavam sendo expostas. Essas denúncias eram apuradas e quando averiguada a sua veracidade as professoras quase sempre eram exoneradas de suas funções (Advíncula, 2012).

Diante dos avanços pedagógicos propalados na época e nas condições que estavam às escolas paraibanas principalmente nas cidades distantes da capital, O Estado da Paraíba da inicio a construção de grupos escolares nas cidades do interior.

2 INTERIORIZAÇÃO DOS GRUPOS ESOLARES NA PARAÍBA DO SÉCULO XX

Para Lewin (1993), eram as ligações interpessoais que ditavam as relações entre os municípios e o governo na Paraíba nas primeiras décadas do século XX, tal atitude a autora denominou em seu livro de Política e Parentela na Paraíba de rede de socialização. A rede de socialização das oligarquias que dominavam o campo político desse Estado era determinante na hora da realização dos investimentos públicos. Por ter uma economia instável, o que corroborou para este ser um dos Estados mais pobres do Brasil (Galizza, 1993), sendo assim, algumas ações governamentais eram preteridas em razão de outras, como também a localidade onde essas seriam realizadas. As ações que se apresentavam mais urgentes eram aquelas de maior impacto social o que acabava deixando algumas obras em segundo plano. Em se tratando da distribuição dos investimentos algumas cidades eram preteridas por outras, sendo a distribuição realizada de forma dispersa com concentração na Capital e em cidades próximas a essas. Nas cidades do interior, aparatos educacionais como os grupos escolares, eram bem mais escassos e só foram instalados em períodos posteriores aos realizados na capital.

Quanto ao número de escolas públicas a concentração era bem maior na capital e em algumas cidades próximas a ela. Em se tratando dos grupos escolares essa concentração era bem mais evidente, uma vez que no período que compreende esse estudo foram implantadas poucas unidades. O Grupo Escolar Gama e Melo, foi um dos poucos estabelecimentos desse gênero implantado no interior do Estado, tendo sido inaugurado em 1928 (Pinheiro, 2002), permanecendo por 11 anos como único estabelecimento educacional desse gênero na cidade de Princesa Isabel.

Mesmo a instrução primária sendo uma das pautas principais para o novo sistema político implantado no Brasil, tida como a grande obra da recém-implantada República (Saviani, 2005; Rocha, 2014; Valle, 1997), a construção e implantação de escolas na Paraíba, muitas vezes, foram relegadas a segundo plano em virtude das condições econômicas e outras ações de maior urgência como, por exemplo, os problemas provocados pela falta de chuva regular ou mesmo aqueles ligados as epidemias que assolavam o Estado no período estudado. O certo a dizer é que, mesmo tendo ocorrido desenvolvimento econômico nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, observa-se que

não foram suficientes para sanar os problemas emergenciais, uma vez que esse Estado necessitava de investimentos em todos os setores de responsabilidade do poder público como: saneamento, construção de estradas, saúde, educação dentre outros (Parahyba, 1923). Diante da elevação das condições econômicas, se compararmos com outros períodos, a Paraíba começou sua reforma educacional na segunda década do século XX de forma tardia, principalmente quando comparamos a reforma da instrução primária desse Estado com outros da federação, como São Paulo (Souza, 1998) e Minas Gerais (Farias Filho, 2015). Desse modo, por meio do Decreto Nº 873/17, a Paraíba reestruturou e organizou a sua instrução primária. A partir da realização de tal ato, houve dificuldades tanto políticas como econômicas para implementar a preterida reforma. Diante das dificuldades de implantação, observa-se que dezoito anos após a homologação do decreto as autoridades de ensino ainda relatavam a não efetivação dessa reforma devido às interferências políticas. Nesse sentido, o Diretor da Instrução primária relatou em 1937,

Um dos cuidados do Dr. Antenor navarro foi escoimar da ação da politicagem aldeiaõ os nossos estabelecimentos de ensino, que destarte foram expurgados da direção dos semi-analfabetos que foram substituídos por pessoas idôneas e capazes de exercer regulamente a profissão de professor. (Jornal “*A União*”, 1935)

A reforma de 1917 não só reestruturou e/ou organizou a instrução primária, como também criou alguns cargos, os quais apresentavam determinações regimentais de formação. Todavia, as relações de compadrio prevaleciam na hora de contratação dos agentes que iriam desenvolver tais ações, o que de certa forma atravancou o desenvolvimento da instrução primária no Estado. Muitas vezes as escolhas se davam entre indivíduos que não possuíam qualificação para o exercício de tal função, conforme o leitor poderá constatar na citação acima. O certo a dizer é que existiam funções que necessitavam de formação específica por parte do indivíduo que irá exercê-la. Entre estas estava a função de diretor escolar que, de acordo com as determinações regimentares, deveriam fazer orientação pedagógica aos professores como se pode perceber em um dos artigo do Decreto Nº 873/17, o qual explicita que,

Art. 44. O cargo de director de grupo escolar será de nomeação do governo e deverá recahir em professor diplomado pela Escola Normal com vitaliciedade no ensino primário e comprovada aptidão pedagógica (Parahyba, 1917, p. 182).

Como podemos perceber era imprescindível que os diretores escolares tivessem formação em uma escola normal. Isso se justifica pelo grande número de professore/as sem formação em uma escola normal o que acabava exigindo uma orientação pedagógica efetiva e isso se dava por meio do diretor. A formação de professores/as foi um problema recorrente no Brasil desde o século XIX. Mesmo tendo

sido criadas algumas escolas para essa finalidade, o funcionamento se constataram como sendo irregulares em todo país (Saviani, 2005). No caso da Paraíba, no período estudado, apresentavam-se apenas duas escolas normais sendo uma na capital (2009) e outra no interior (Cunha, 2000), o que era insuficiente para atender a demanda da população seja pela quantidade de estabelecimento, acesso, ou mesmo condições econômicas, uma vez que estas eram particulares. Isso significa que a modernidade pretendida por meio da educação não era para todos, pois por falta de condições, financeira ou instrucional, impediam que uma camada significativa da população ficasse de fora dos concursos para professores que se realizavam no Estado.

Atender a formação exigida pelo decreto de 1917 era inviável nas cidades do interior, uma vez que as escolas normais que davam formação para exercer o magistério era escassa, como já aferido nesse texto, a Paraíba possuía 2 escolas normais, tendo a cidade de Princesa Isabel como ponto de análise essas ficavam 420 Km (a da capital) e a 200 km (a do interior) de distância dessa cidade. Vale ressaltar que as condições das estradas dessa época eram precárias, não tendo ligação direta entre as cidades, dificultando o acesso, além de serem particulares, sendo assim grande parte da população não tinha acesso a estas, seja pela distância entre as cidades, seja por não ter condições econômicas de se manterem em outra localidade.

As condições econômicas e estruturais da Paraíba contribuíram para os provimentos das escolas primárias por profissionais com formação em uma escola normal. Eram constantes os editais de concurso para o preenchimento de vagas das escolas públicas. Todavia não apareciam candidatos habilitados para preenchimento das vagas ofertadas, por isso, algumas escolas ficavam longos períodos sem professores. Nesses casos o poder público acabava provendo essas escolas de professores leigos, que eram formados em serviços, tendo alguns desses sido adjuntos² de profissionais diplomados, conforme constatamos na documentação encontrada no Grupo Escolar Gama e Melo. Em sua maioria as escolas que tinham dificuldade de serem providas por profissionais qualificados ficavam no interior do Estado, sendo recorrente a publicação e republicação de editais de chamadas para concursos públicos, sem que aparecessem candidatos interessados. Esses editais eram publicados nas páginas do Jornal “*A União*”, veículo de comunicação oficial do Estado.

A falta de profissionais habilitados facilitou a ação das oligarquias políticas locais, que passaram a contratar e dispensar os profissionais da educação de acordo com sua rede de socialização, usando os cargos públicos como moeda de troca de apoio político ou para agraciar um correligionário ou “afilhado”. Essas ações ficam bem demarcadas ao analisar a ocupação dos cargos no grupo escolar

² Os adjuntos eram professores auxiliares aos professores regentes, sempre que as classes tivessem mais de 35 alunos (PARAHYBA, 1917, p. 185)

gama e melo após 1930, ano emblemático na política paraibana, com mudanças nos arranjos políticos no interior do estado, que culmina com a transferência de todos os cargos públicos efetivos da cidade de Princesa Isabel e da demissão dos interinos.

No caso específico dos/as professores/as do grupo escolar Gama e Melo, esses profissionais foram substituídos por outros sem nenhuma formação, mesmo a formação em serviço. Diante da escassez de instituições formadoras para os magistérios, havia a formação em serviço, esses profissionais começavam como adjuntos de um professor vitalícios, para depois através de concurso público se tornarem-se efetivos. Os professores vitalícios eram formados em uma escola normal ou em outra instituição congênere, foram esses profissionais que formaram grande parte dos/as professoras que lecionaram nas escolas das cidades do interior da Paraíba.

Com a chegada dos grupos escolares, além da falta de professores/as qualificados havia ainda nas escolas outras funções que eram primordiais para o bom funcionamento dos trabalhos escolares previstos no Decreto aqui estudado. Uma dessas funções citadas no Decreto era a de diretor escolar, pois era de responsabilidade desses a realização de orientação pedagógica aos/as professores/as. Todavia, como a interferência política era comum, dificultou ainda mais a concretização da reforma preterida pelo decreto 873/17. O diretor escolar além de organizar as ações necessárias para o desenvolvimento do ensino nas cidades do interior, era o grande responsável por qualificar seus professores, todavia, nem sempre um profissional com formação assumia esse cargo. O que se percebe é que o poder público teve grande dificuldade para cumprir o decreto e prover pessoal qualificado para as funções, já que eram constantes as transferências políticas na contratação desses profissionais.

De acordo com a documentação encontrada no Grupo Escolar Gama e Melo, da fundação desta escola, que se deu em 1928 até 1949, eram constantes as transferências dos profissionais de educação para estabelecimentos próximo à capital para exercer outras funções, ora para exercer a função de inspetores regionais de ensino ora para o cargo de docente. Os profissionais que permaneceram na função de diretor no estabelecimento citado foram indivíduos que acabaram por firmar residência em Princesa Isabel. Era grande a dificuldade para se contratar indivíduos para as funções qualificadas. Ainda tendo como base a documentação da escola referenciada acima. houveram longos períodos sem um diretor com formação em uma escola normal, conforme preconizava o Decreto Nº 873/17. Para remediar tal inconformidade o Governo Estatual realizava de professores a exercer a função de forma interina, sem terem sido efetivadas.

Essa foi uma das questões que impactaram para a não efetivação da reforma educacional de 1917 na Paraíba, mas não a única. Outras questões estruturais como a coexistência de modelos escolares distintos também contribuíram (escolas rudimentares, escolas elementares e grupos

escolares), falta de professores com formação para preencher as escolas públicas, e condição econômica e estrutura social desse Estado. Esse conjunto de fatores combinados resultou na pouca efetividade das escolas, principalmente nas cidades do interior, nas quais as relações de compadrio eram bem mais demarcadas (Lewin, 1993), como também as condições de vida e de acesso as cidades interioranas (Gurjão, 1994). Essa era a situação da cidade de Princesa Isabel (PB), localizada a 420 km² da Capital.

Desde o final do século XIX, as cidades do interior da Paraíba já contavam com escolas públicas, sendo essas escassas e em sua maioria provida por professores/as leigos. Nas primeiras décadas do século XX, houve um maior provimento por parte do poder públicos de escolas nas localidades interioranas (Advíncula, 2012), de modo que em 1909 cada cidade da Paraíba contava com duas escolas – uma para cada sexo, de instrução primária mantida pelo Poder Estadual. Algumas poucas cidades tinham mais que duas escolas primárias, sendo essas a Capital que possuía 6 escolas, e outras 3 possuíam cada, 3 escolas públicas primárias sendo essas: Cajazeiras, Guarabira e Mamanguape, sendo uma dessas mista. No total este Estado contava com 87 escolas de instrução primária (Parayba, 1909).

A medida que foi avançando o século XX, foram criadas várias escolas primárias por todo estado, em sua grande maioria rudimentares, e nas sedes dos municípios algumas escolas elementares. Havia, em alguns municípios, um número bem elevado de escolas públicas, em relação a outros da mesma região. Em 1918 a Paraíba contava com 204 escolas primárias, tendo sido criadas 64 nos últimos dois anos (Parayba, 1918). Em menos de uma década cresceu cerca de 135%. Desse total de escolas 9 encontravam-se agrupadas, sendo 6 na capital e 3 em Itabayana.

Com a reestruturação do ensino de 1917 realizada através do Decreto Nº 873, o sistema de ensino de escolas primárias da Paraíba passou a contar com um novo modelo escolar, os grupos escolares. Estes eram escolas projetadas ou adaptadas para a melhor eficiência do ensino. Sua criação era destinada às localidades que possuíssem no mínimo 3 escolas elementares, as quais passavam a funcionar no mesmo prédio sob a coordenação de um diretor escolar (Parayba, 1917).

No período que compreende esse estudo, não foram todas as cidades que conseguiram reunir condições regimentares para abrigar o novo modelo escolar que surgiu com a reestruturação do ensino primário. Sendo assim, nem todas as localidades puderam contar com esse tipo de escola, ficando esse modelo restrito a algumas localidades. Na primeira década da referida reforma, quanto mais distante da capital, mas escasso era o acesso da população a esse modelo. Em se tratando do sertão paraibano, região mais distante da capital, somente em 1928 a região passa a contar com esse tipo de escola, a qual foi implantada na cidade de Princesa Isabel.

Mesmo estando habilitada para receber um grupo escolar, não é esse o fator relevante para que a cidade seja contemplada com tal aparato educacional. Outros fatores eram levados em consideração na hora do Estado suprir as cidades de alguns benefícios. Observando a relação das cidades que foram agraciadas por esse modelo de escola, percebemos que todas as localidades tinham relações próximas ao governo estadual, contando ainda com representação na assembleia legislativa. Das 4 cidades que até 1930 possuíam um grupo escolar mantinham uma relação estreita com as oligarquias que dominavam o cenário político do Estado.

Os representantes políticos que mantinham relações estreitas com o grupo que estava no poder conseguiram com que suas cidades fossem contempladas com grupos escolares como: Umbuzeiro, a terra natal de Epitácio Pessoa, o qual era chefe político dessa oligarquia dominante na Paraíba; Campina Grande, Guarabira e Itabayana cujos mandatários do poder local eram correligionários Cristiano Laurintzen e do Dep. Antonio G. Guedes; Areia, terra natal de José Américo de Almeida, que em 1928 faziam parte do quadro político-administrativo do governo de João Pessoa. Princesa Isabel nesse período era liderada pelo Coronel José Pereira, deputado e seguidor da oligarquia dos Pessoas Cavalcantes. Os benefícios não se restringiram a criação de grupos escolares, estas cidades receberam investimentos para a criação de estradas, açudes, saneamento básico, luz elétrica dentre outros. As cidades que possuíam representante na assembleia e não pertenciam a base de apoio da oligarquia dos Pessoas Cavalcante, não eram contempladas por tal aparato estatal, bem como aquelas que não possuíam representação política a nível estadual.

No trabalho de Galizza (1993), podemos perceber que as cidades que foram contempladas com um grupo escola nas primeiras décadas do século XX, haviam algumas propriedades que firmaram acordo de cooperação com a delegacia do serviço de algodão, principal produto de exportação da Paraíba nesse período. Essas propriedades pertenciam a prefeitura ou a particulares, sendo estes em grande parte representantes locais junto ao poder público como podemos observar na tabela 1.

TABELA 1. PROPRIEDADES QUE FIRMARAM ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A DELEGACIA DO SERVIÇO DO ALGODÃO EM 1928

Nomes das Propriedades	Município	Área em m ²	Proprietário
Acauã	Souza	350.000	Dr. João Suassuna
Cruz da Mulata	Patos	120.000	Severino de Moraes
Várzeas	Soledade	100.000	Manoel Henriques
Caldeirão	Itabaiana	50.000	Antônio Menezes
Baixio	Princesa	90.000	Dep. José Pereira Lima
Campo de Cachoeira	Guarabira	40.000	Cooperação c/Prefeitura
Pendanga	Guarabira	40.000	Dep. Antonio G. Guedes
Cruzeiro	Guarabira	120.000	Epaminondas de Aquino
Malhada	Guarabira	100.000	Álvaro Carvalho
Campo do Ingá	Ingá	40.000	Cooperação c/Prefeitura
Campo do Umbuzeiro	Umbuzeiro	17.400	Cooperação c/Prefeitura

Fonte: Mensagem apresentada por João Suassuna, ano 1928, p.78 e Relatório da Delegacia do Serviço Federal do Algodão na Paraíba, Ano 1929. Parahyba, Imp. Official, 1930, o. 12-21 Apud Galliza, 1993, p.60.

Não era só nos serviços educacionais que as relações pessoais se sobressaiam, mas será neste setor que nos deteremos ao longo dessa análise. Em todo caso observamos que em termos educacionais outras cidades da Paraíba tinham as disposições regimentares para ter em suas dependências o novo modelo escolar. Mas, no jogo político nem todos estavam do mesmo lado e as relações de poder entre os líderes políticos locais e governo estadual determinavam o alocamento de recursos e as ações. No caso da cidade de Princesa Isabel, espacialidade que nos interessa nesse estudo, seu florescimento econômico, político, social e cultural se deu na década de 1920. Era uma das cidades mais próspera do Estado, muito em virtude do cultivo do algodão, considerado na época como o ouro branco do sertão (Lewim, 1993, Mariano, 2017; Mariano, 2018; Rodrigues, 1983). Uma cidade moderna para os padrões da época, com ruas largas, agitada vida social, tendo sido a primeira cidade do interior paraibano a ter energia elétrica (Mariano, 2018). Todos esses benefícios foram trazidos após o dep. Pereira Lima assumir o poder político dessa cidade. Além do mais era um dos principais polos produtores e beneficiadores de algodão do interior desse estado.

Segundo Mariano (2018), a influência desse líder político atravessa as fronteiras estaduais, ramificando-se no estado vizinho de Pernambuco, no qual tinha negócio com empresários do ramo de exportação de algodão e comunicação. Seu poder era tanto que por vezes o escolhiam para representar a Paraíba em delegações que recepcionava líderes de outras nações. Essa importância pode ser constada nas páginas do “Jornal a União”, veículo estatal da imprensa, no qual encontramos farto material que retrata a trajetória política do referido deputado em suas passagens pela capital paraibana. Contando com um capital político sem igual, o Deputado José Pereira não poderia deixar de mostrar todo seu poder no momento da partilha das verbas e ações do governo ao qual ajudou a eleger. Para isso, quando o novo modelo de ensino foi implantado tratou de solicitar uma unidade para seu reduto eleitoral.

O se verifica é que mesmo tendo as atribuições normativas exigidas para ser contemplada por um grupo escolar, não é essa o fator determinante para que essa cidade fosse agraciada com um modelo de grupo escolar. As relações de poder, entre os representes das oligarquias que dominavam o cenário político nas primeiras décadas do século XX, eram quem ditavam as regras na hora de decidir qual município receberia os benefícios por parte do poder estatal. Assim sendo, por ser o líder princesense um dos políticos mais influentes da Paraíba (Justino Filho, 1997; Mariano; 2018), a cidade passa a

conta com uma escola projetada para atender as demandas educacionais de sua população, dando início ao ensino graduado nessa região.

A cultura política desse período não só influenciou nas decisões referentes aos municípios que seriam dotados com o novo modelo de escola, mas influenciaria na administração como um todo. Como já citamos acima, era comum a realização de concurso público para provimento de vagas nas escolas. Porém, em virtude da falta de profissionais habilitados que tivessem interesse em ocupá-las os líderes locais acabavam por vezes a prover essas escolas com seus correligionários. Esse era o caso da cidade de Princesa Isabel.

Com uma população predominantemente rural, os habitantes da sede desse município eram constituídos em sua maioria pela rede de socialização da família Pereira Lima, que eram proprietários tanto de vastas propriedades quanto de vários estabelecimentos comerciais e indústrias. Essa cidade era dominada econômica e politicamente pelo grupo aliado ao coronel José Pereira desde a sua emancipação política em 1921, período de efervescência política, econômica e cultural (Mariano, 2018). A cidade respirava a cultura da modernidade, ou seja, a cultura dos novos tempos inaugurados pela república, a qual investiu maciçamente em novos modelos educacionais.

Seguindo os novos tempos, os agentes educacionais que desenvolviam suas atividades nesse município, bem como todos os outros funcionários públicos, mantinham estreitos laços de compadrio com a família do coronel que se alinhava politicamente com a oligarquia dominante naquele momento, ou seja, estamos falando do epitacismo. Para administrar o Grupo Escolar Gama e Melo o deputado Pereira Lima, trouxe um professor licenciado de outra localidade, o professor Severino Loureiro. Esse estabelecimento contou ainda com mais duas outras professoras diplomadas, a senhora Alcides Loureira e Rosita Augusta Carneiro, as demais eram filhas ou esposas de correligionários políticos.

Como descrito anteriormente, na Paraíba na primeira metade do século XX, eram as relações interpessoais que ditavam os rumos dos estabelecimento de ensino e dos aparatos da administração pública (Lewin, 1993). Para se ter uma ideia mais clara sobre as relações que perneiam o cotidiano da cidade estudada basta observar os acontecimentos políticos desenrolados no ano de 1930, o qual mudou o rumo da política desse Estado e que ficou conhecida como a Revolta de Princesa (Rodrigues, 1981). Tal acontecimento tem por mote o rompimento político do Deputado Pereira Lima com o Presidente do Estado o Sr. João Pessoa Cavalcanti. Este último para demonstrar seu poder substituído ou demitido todos os funcionários públicos estaduais dessa cidade em represália ao ato de rebeldia do coronel por se colocar contra algumas ações empreendidas pelo governo estadual.

Por retaliação o governo passou ora a demitir ora a transferir os correligionários do coronel que faziam parte da estrutura do poder administrativo. No caso dos funcionários do Grupo Escolar Gama

e Melo, os profissionais vitalícios³ foram transferidos e os demais foram substituídos. Os profissionais que foram substituídos em sua maioria já prestavam serviços nas escolas dessa localidade há vários anos, e mesmo sem formação regimentar tinham desenvolvidos suas funções por vários anos como adjuntos de outros docentes com a formação exigida.

Portanto, fica fácil de entender o jogo político se tomarmos por base as alianças que o representante político local costura com o poder estadual. Se a aliança era quebrada comum seria a substituição do funcionalismo para os representantes das novas alianças. Em todo caso, observa-se que nesses momentos de rupturas políticas ocorre descontinuidade dos processos educacionais, o que era intensificado pela falta de profissionais formados ou de indivíduos que vivenciaram o processo por meio unicamente da prática. A maioria dos profissionais substituídos eram os adjuntos que em sua maioria eram sujeitos já estabelecidos ou naturais da região e que não possuíam formação adequada para o exercício do magistério. É bem verdade que os que foram substituídos não tinham formação adequada para o exercício da docência, mas tinham tido de certo modo capacitação para tal ato, uma vez que foram auxiliares de professores/as efetivos e diplomados por uma escola normal, ou seja, foram formados em serviço.

3 CONCLUSÃO

Na Paraíba nas primeiras décadas do século XX, eram as relações pessoais que ditavam as decisões governamentais em todas as esferas da administração pública. Nesse sentido algumas escolas eram agraciadas com aparatos públicos que visavam dá mais conforme as populações interioranas, bem como reafirmar a capital político dos mandatários locais. Foi nesse cenário que o Grupo Escolar Gama e Melo foi implantado na Cidade de Princesa Isabel, reunindo as escolas públicas que estavam alocadas na sede do município sendo uma para cada sexo e uma mista. Os grupos Escolares tinham como função, substituir as escolas elementares, consideradas obsoletas e sem efetividade. Todavia, não é o que acontece, pelo menos não nas cidades do interior.

Esse grupo escolar é implementado e continua a funcionar nos mesmos moldes das escolas elementares, com apenas 3 salas de aulas, continuando a ser não seriada, uma vez que as turmas eram formadas de acordo com o sexo e uma sendo mista. O que houve efetivamente foi a reunião das escolas da sede do município em um prédio, que representava a modernidade da educação e da sociedade da

³ O Decreto Nº 873/17, os professores/as eram classificados em vitalícios, essa categoria deveria ter formação em uma escola normal ou equivalente e cinco anos de efetivo exercício do magistério e terem prestado concurso público para exercer essa função e não poderiam serem demitidos. Já os efetivos e interinos poderiam serem destituídos de suas funções a critério da administração pública. Vale salientar que os professores efetivos ingressavam no magistério público também através de concurso e teriam que ter formação para exercer tal função. Já os interinos eram em sua maioria leigos.

época, todavia os processos educativos continuavam os mesmo, não modificando a cultura escolar da época. Há a inserção de novos atores escolares, todavia as velhas práticas continuam, conforme a documentação encontrada nessa escola.

Acreditamos que a demora em ajustar o novo modelo educacional aos moldes estabelecidos pelo Decreto 873/17, se deu pela falta de profissionais capacitados para implementar essas reformas, uma vez que os mesmo profissionais que já estavam acostumados com a antiga organização escolar – cadeiras elementares-, migram para esse novo modelo, sendo agora orientados por um diretor de formação em uma escola normal. Mesmo com a formação exigida, esse não consegue estruturar a instrução primária no Grupo Escolar Gama e Melo em series. São vários os editais de concurso público para provimento de vaga de professor para esse estabelecimento escolar, sem que houvesse candidatos e quando se apresentavam, muitos não assumiam a sua função, tendo alguns pedidos de transferência mesmo antes de assumir a sua função, passando a lecionar em outro estabelecimento mais próximo da Capital.

Diante a cultura política do apadrinhamento e da falta de profissionais, ficou mais fácil para os mandatários locais, usarem a função pública como privada, indicando profissionais que estivessem alinhados com seu projeto político, perpetuando as relações de compadrio por longos anos nessa cidade. Mesmo com as mudanças na política estadual que culminou com mudanças nas lideranças políticas de várias cidades interioranas, dentre elas Princesa Isabel, foi essa relação de poder e compadrio que continuou a ditar os rumos da educação nessa cidade, uma vez que os poucos profissionais que tinham formação para lecionar e eram efetivos foram transferidos e os interinos que eram provenientes da sociedade local foram demitidos, em seu lugar foram contratados outros profissionais que nunca haviam lecionado, não possuindo formação acadêmica e nem em serviços, como era comum no período.

Sendo assim, podemos inferir que as mudanças educacionais preteridas pelas reformas educacionais nas primeiras décadas do século XX na Paraíba, não foram efetivadas em todas as cidades, em virtude tanto da situação econômica e estrutural das cidades interioranas, bem como pela cultura política da época que interferia nas instituições escolares, fazendo dessas, moeda de trocas de favores políticos e de modo a refirmar a poder político dos mandatários locais e seus correligionários.

REFERÊNCIAS

- ADVINCULA, C. C. B. O Processo de Escolarização em Princesa /PB: política e educação. 1920-1939. Dissertação de Mestrado. PPGE. João Pessoa: UFPB, 2012.
- ESCOLANO, B. A. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. Revista Linhas, v. 11, n. 02, p. 13-28, 2010.
- FARIA FILHO, L. M. de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: FONSECA, T. N. de L. e; VEIGA, C. G. História e historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003. p. 77-97.
- _____. Dos Pardieiros aos Palácios: forma e cultura em Belo Horizonte (1906/1918). Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2015.
- GALLIZA, D. S. Modernização Sem Desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930. João Pessoa: Editora Ideia, 1993. Tese de Doutorado: João Pessoa, 1996.
- GURJÃO, E. de Q. Morte e Vida das Oligarquias: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1994.
- INOJOSA, J. República de Princesa: José Pereira X João Pessoa – 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- JULLIAR, D. A Política. IN: LE GOFF, J e NORA, P. História: novas abordagens. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1988, p. 180-196.
- _____. A cultura Escolar Como Objeto Histórico. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.
- JUSTINO FILHO, J. A Tradição Ressignificada: Uma leitura da Vida sócio-política de Princesa Isabel – PB. Dissertação de Mestrado: Campina Grande, 1997.
- LEWIN, L. Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIMA, R. C. F de. Grupo Escolar Dr. Thomas Mindelio e a Cidade: Espaços de difusão dos ideais modernos (1916-1935). Dissertação de mestrado: João Pessoa, 2010.
- MARIANO, P. Princesa Antes e Depois de 30. Editora Ideia: João Pessoa, 2017.
- MARIANO, S.R. C. Signos em Confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte. Editora Ideia: João Pessoa, 2018.
- MOTTA, R. P. (org). Cultura Políticas na História: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.
- PARAYBA, Governo do Estado. Decreto Nº 873 de 21 de Dezembro de 1917. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1917. p. 177-2019.

_____. Mensagem Presidencial. Parayba do Norte: Imprensa Official. 1930. p. 119-122.
Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u564/>. Acesso em: 10 Jun. 2017.

_____. Mensagem Presidencial. Parayba do Norte: Imprensa Official. 1927. p. 98-110.
Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u561/>. Acesso em: 15 Jun. 2017.

_____. Mensagem Presidencial. Parayba do Norte: Imprensa Official. 1924. p. 10-14.
Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u558/>. Acesso em: 02 jul. 2017.

_____. Mensagem Presidencial. Parayba do Norte: Imprensa Official. 1923. p. 48-53.
Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u557/>. Acesso em: 11 Jul. 2017.

_____. Mensagem Presidencial. Parayba do Norte: Imprensa Official. 1920. p. 13-15.
Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u553/>. Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. Mensagem Presidencial. Parayba do Norte: Imprensa Official. 1920. p. 17-29.
Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u542/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PINHEIRO, A. C. F. Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares. Campinas: Autores Associados, 2002.

PINSKY, C. B. e LUCA, T. R. de (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

_____. O Historiador e suas fontes. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

ROCHA, M. B. M. da. Matrizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil. Brasília: Autores Associados, 2014.

RODRIGUES, I. C. L. A Revolta de Princesa: Poder privado X poder instituído. Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

SAVIANI, D (org). Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica. Autores Associados: Ponta Grossa, 2007.

_____. O Legado Educacional do Século XIX. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. O Legado Educacional do Século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, R. de F. Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo: (1890 – 1910). São Paulo: Fundação Editorada UNESP, 1998.

SOUZA, R. de F. e VALDEMARIN, V. T. (org.). A Cultura Escolar em Debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas-SP: Autores e Associados, 2005.

VALLE, L. do. A Escola e a Nação: as origens do projeto pedagógico brasileiro. São Paulo: Letras e Letras, 1997.